

INTRODUÇÃO GERAL FILOSOFIA E FOTOGRAFIA¹

François Soulages²
Tradução de Leon Farhi Neto

Por que chamei esta sessão de abertura do meu seminário de “Introdução geral” e não simplesmente de “Introdução”?

Com efeito, nesta primeira sessão, eu me coloco dois objetivos: pretendo, é claro, apresentar a problemática geral do meu seminário – é o que vou desenvolver no terceiro momento desta sessão –; mas, antes de tudo, fazer uma introdução à minha primeira fala enquanto responsável de seminário no *Colégio Internacional de Filosofia* – é o que vou explicar nos dois primeiros momentos desta sessão. Hoje, o que me parece mais importante é indicar e refletir sobre a *posição filosófica* que me levou e me autorizou a organizar *aqui e de uma certa maneira* este seminário de filosofia acerca do tema: “A Fotografia: tecnologia e inconsciente”.

I UM MÉTODO FILOSÓFICO PARA UM SEMINÁRIO DE FILOSOFIA

Talvez o problema fundamental que um filósofo confronta – mesmo que esse problema muitas vezes permaneça latente – seja saber *como filosofar*. Esse problema deve ser abordado sob dois ângulos inseparáveis, se quisermos compreender alguma coisa acerca do próprio ato de filosofar: que *condições* materiais, institucionais, relacionais, sociais, econômicas e financeiras, o filósofo se empenhará em obter, escolher ou criar para filosofar, e quais *orientações* teóricas e metodológicas ele dará à sua atividade filosófica?

¹ Edição original: SOULAGES, François. *Philosophie et photographie*. In: **Photographie et inconscient**. Paris: Osiris, 1986. P. 9-28. Trata-se do texto da sessão de abertura do seminário de Filosofia coordenado por François Soulages, de outubro de 1985 a janeiro de 1986, no *Collège International de Philosophie* em Paris (*Colégio Internacional de Filosofia* – www.ciph.org). *Todas as notas de rodapé são do tradutor*.

² Atualmente, François Soulages é professor titular da Universidade Paris 8 e do Instituto Nacional de História da Arte – INHA, em Paris; é fundador e presidente da cooperativa de pesquisa RETINA.Internacional, com sede em vários países do mundo, inclusive no Brasil; é editor e diretor de coleções nas editoras *Klincksieck* e *L’Harmattan*; muitos de seus livros e artigos foram traduzidos em diversos idiomas.

Eu insisto na ligação dessas duas figuras – materiais e teóricas – do “como filosofar?”, pois sua interdependência é decisiva, mesmo que, para alguns, ela seja ignorada, impensada ou recalçada. A consideração dessa interdependência permite compreender melhor o desdobramento dos discursos e das práticas filosóficas presentes e passadas: a filosofia de Platão, dadas as suas *condições materiais, institucionais, relacionais, etc.*, não tem as mesmas *orientações teóricas e metodológicas* que a de Spinoza ou a de Marx; além disso, o ato filosófico de Descartes não é o mesmo no *Discurso de Método*, nas *Meditações Metafísicas* e em sua *Correspondência*: desprezar essa ligação seria reduzir a filosofia a uma doutrina ou a uma ideologia de alto nível. Ora, *não se tem uma filosofia, faz-se filosofia*, e é esse “fazer” que é preciso interrogar.

Faço minha a esplêndida proposição 4.112 do *Tratado lógico-filosófico* de Wittgenstein: “O objetivo da filosofia é a clarificação lógica do pensamento. A filosofia não é uma doutrina, mas uma atividade. Uma obra filosófica consiste essencialmente em elucidações. O resultado da filosofia não são ‘proposições filosóficas’, mas é tornar claras as proposições. Cumpre à filosofia esclarecer e delimitar rigorosamente os pensamentos, antes dela como que turvos e indistintos.”³

I.1. CONDIÇÕES MATERIAIS, ORIENTAÇÕES TEÓRICAS

I.1.1. A consciência filosofante

Minha hipótese é a seguinte : *as condições materiais da atividade filosófica condicionam suas orientações teóricas.*

Falo de “condicionamento” e não de “determinação”, que seria um sobre-condicionamento mecânico e absoluto. Assim, não opto por um mecanismo ingênuo, mas aponto, por um lado, para uma *influência* que, enquanto ela não é descoberta e reconhecida por quem filosofa, compromete, ou até arruína o fundamento do seu discurso, e, por outro lado, para uma *abertura* que, uma vez assinalada, permite ao filósofo escolher, segundo as suas possibilidades, as condições materiais que ele considera mais aptas ao seu exercício da filosofia.

³ Apresenta-se aqui a tradução de Luiz Henrique Lopes dos Santos, corrigida apenas para nos aproximarmos da tradução francesa. WITTGENSTEIN, Ludwig. **Tractatus Logico-Philosophicus**. 3 ed. São Paulo: Edusp, 2001.

Vemos o perigo do desconhecimento e a riqueza do reconhecimento desse condicionamento. Mas, compreendemos também que não é no início da atividade filosófica que se pode reparar nessa realidade factual, nem optar de uma vez por todas por um dos seus condicionamentos: no começo, a orientação teórica e metodológica de um filósofo é condicionada sem que ele o saiba; ora, essa primeira orientação vai condicionar as orientações seguintes. Em suma, todo filósofo vem do não-filosófico, começa por ser orientado mais que por se orientar a si mesmo, e prossegue com essas orientações originárias; somente ao voltar-se para si mesmo, por uma reflexividade teórica, ele poderá começar a se orientar, a *passar de uma consciência filosofada a uma consciência filosofante*. Além disso, esse retorno inaugural e radical sobre si mesmo sempre deverá ser refeito, para que as condições materiais, escolhidas dialeticamente a partir das orientações teóricas, não sejam esquecidas enquanto condições, enquanto enquadramento *particular* das suas pesquisas. O filósofo tem portanto uma história – ligada à história da filosofia e à história geral: ele deverá reconhecer, trabalhar e explorar a *dialética entre as condições materiais e as orientações teóricas*; pois *sem a consciência dessa dialética, não há sujeito filosófico*, mas somente uma mecânica de discursos programáveis; por isso insistimos nesse reconhecimento logo no início deste seminário de filosofia.

Nem sempre se filosofou no quadro de uma instituição; a filosofia com Sócrates não era institucional, talvez fosse até anti-institucional; durante muito tempo, parece que as grandes ações filosóficas foram realizadas fora das grandes instituições: por exemplo, Descartes escrevia fora de instituições como a Corte, a Igreja ou a Escola. Continua-se, ainda hoje, a filosofar fora delas; mas cada um de nós, que queremos filosofar, as reencontra. Tomemos quatro exemplos bem diferentes por sua história e por suas modalidades: *o ensino, as mídias, o museu, a empresa*; poderíamos ter tomado a Igreja, o Partido, o Poder, etc., mas os exemplos que escolhemos nos parecem mais reveladores do problema do “como filosofar?”.

I.1.2. Instituições de ensino

Filosofar em uma instituição é filosofar em função de certas restrições. Nietzsche, em certo sentido, apontou para esse problema em *Sobre o futuro dos nossos estabelecimentos de ensino*. Filosofar em uma instituição de ensino não se faz da mesma maneira, se somos professores do Ensino Médio, de uma Faculdade, de

Cursinhos de Vestibular ou do *Colégio Internacional de Filosofia*: três fatores devem ser considerados: o programa, o auditório e a carreira. A preexistência de um *programa* (para o diploma de Ensino Médio, para a Faculdade, para a Licenciatura, etc.) modifica a maneira de filosofar, as orientações teóricas e metodológicas; devido à ausência de programa, o ensino em um seminário de pesquisa permite, à primeira vista, uma liberdade de pensamento maior. O *auditório* – no tocante à sua idade, ao seu número e ao seu “nível” teórico – é um segundo fator decisivo, mas talvez não tanto quanto a *carreira*: vontade de reconhecimento, vontade de ascensão, vontade de dinheiro, uma série de dependências em relação a escolhas de objetos filosóficos, de métodos utilizados, de estilos de escrita, de lugares e de homens frequentados e imitados, etc. Filosofar nesse tipo de instituição não é *a priori* nem um bem, nem um mal; tenderíamos até a pensar que a presença de um auditório poderia fazer surgir um diálogo filosófico. De fato, o importante é reconhecer no lugar em que se está as características, ou o que eu chamei de restrições, ao mesmo tempo no sentido artístico de “restrições de estilo, de material, etc.” e no sentido de “limitações restritivas”; é preciso graças a esse reconhecimento passar do restritivo à restrição, da limitação ao limite, enfim, identificar o espaço no qual se filosofa e explorá-lo na sua totalidade e especificidade.

Se não, há um sério risco, seja de (se) repetir, seja de fazer, sem se dar conta, uma atividade não-filosófica. A atividade de dois grandes filósofos do século XX nos mostra os perigos de toda posição em face de uma instituição de ensino, sejamos mais precisos, em face do uso particular da história da filosofia tal qual praticada no ensino na França. Primeiro, Martial Gueroult: admirável historiador da filosofia, ele escreve entre 1933 e 1938 um livro de filosofia notável, *Dianoemática (História da história da filosofia e Filosofia da história da filosofia)*, mas não o publica, desejando terminar seus trabalhos de história da filosofia para fundamentar seu argumento. Quando ele morre em 1976, aos 85 anos, somente alguns amigos leram o manuscrito; somente em 1979, *Dianomática* será publicado, obra filosófica capital; o espírito de seriedade, devido entre outras coisas à prática institucional da filosofia e da história, por pouco não impediu a publicação desse livro ou até mesmo a sua elaboração; ora, para um Gueroult que dá certo, mesmo que depois de sua morte, quantos não são os professores de história da filosofia que, de fato, não farão senão história da filosofia, e o farão, se nos dispusermos realmente a encarar a verdade, mais enquanto historiadores que enquanto filósofos, ou melhor, egiptólogos, como diria Nietzsche? Isso é lastimável, para eles

mesmos, para os seus alunos e leitores, para a filosofia; *é preciso fazer história da filosofia, mas não numa ótica que paralise a atividade filosófica*. Sartre é um segundo exemplo desses riscos produzidos pela instituição: depois de *O ser e o nada*, ele deixa o ensino para escrever a sua obra, mas eis então que surge um novo escolho: não é ele às vezes vítima de sereias não-filosóficas e estranhas ao ensino, como a opinião pública, o estrelato ou a instituição política? E, sobretudo, para um Sartre que dá certo, quantos não são os professores de filosofia que abandonam o ensino e fracassam filosoficamente? Podem me responder: há apenas um Gueroult, apenas um Sartre. O problema não é esse: trata-se de *saber como aproveitar, quer dizer, tirar proveito, ao máximo, das instituições de ensino, ao invés de ser esvaziados por elas*.

Todas essas instituições não são idênticas; *o funcionamento de uma não proíbe aquele de uma outra*. Mas – e retornarei a essa questão –, creio que o *Colégio Internacional de Filosofia* tem a sua especificidade, e pode permitir àquele que se dá os meios uma atividade filosófica interessante. No entanto, para mim, os riscos são grandes: falar, sem ter terminado previamente todo o trabalho de fundamentação e de pesquisa, como havia feito Gueroult, pode conduzir a ingenuidades, ao delírio aparentemente controlado, a racionalizações no sentido de Jones, a erros ou a banalidades... Mas *o ganho é tal – filosofar – que os riscos devem ser tomados*, com consciência e prudência. A filosofia enquanto atividade de pensamento pode existir, com efeito, graças aos professores; esse é o dever e a glória deles. De fato, *é preciso reinventar o ensino da filosofia sem cessar*: é uma tarefa intelectual, é uma tarefa institucional: dialética das orientações teóricas e das condições materiais.

I.1.3. Outras instituições

Comparadas às instituições de ensino, importantes por sua história, influência e abrangência, as três outras instituições – mídia, museu, empresa – parecem débeis e pouco apropriadas como lugares para o exercício da filosofia. Contudo, é recomendável investigá-las para se colocar a *questão*: pode-se filosofar nessas instituições ou em relação com elas? Se sim, então como? O *pressuposto* dessa questão é o seguinte: é sempre bom encontrar outros espaços institucionais para filosofar. O *trabalho* que essa questão engendra é ao mesmo tempo de ordem teórica – como filosofar nesses lugares? – e de ordem da invenção prática – quais novas modalidades é preciso criar para

filosofar nesses lugares? Uma das *razões* para se colocar essa questão é a esperança de encontrar uma relativa flexibilidade em algumas dessas instituições.

As *mídias*, como novo lugar de prestígio, de poder e de dinheiro, formam uma instituição (aparentemente menos institucional!) que fascina os filósofos. É vão e ridículo condenar *a priori* toda relação com os jornais, a rádio ou a televisão. Mas o filósofo não deve ser um simples consultor: ele deve filosofar – inventar novas modalidades de pesquisa e de exposição – utilizando, controlando o novo *medium*, e levando em conta a especificidade dos seus novos leitores ou auditores. Ele não deve se conformar, ele deve interrogar. Reencontramos, com efeito, as tensões do triângulo já anteriormente identificado: auditor-leitor, programa-*medium*, carreira-distinção. As armadilhas são a obsessão da carreira (prestígio, poder, dinheiro) e o não-reconhecimento das restrições do *medium* (nova versão das restrições do programa).

A empresa⁴ de Jean-François Lyotard na exposição dos *Imateriais*⁵ deve ser louvada, não apenas por sua riqueza, sua originalidade e seu interesse, mas sobretudo porque ela nos obriga a pensar sobre as modalidades de nossa atividade filosófica, ele nos desperta de um longo sono dogmático prático. *Os museus*, ou melhor, todas as instituições que têm uma relação com a arte podem se tornar novos territórios de pesquisas e de ações filosóficas; como ocorre com as mídias, há perigos, mas há sobretudo uma estimulação catalizadora e produtora que obriga a *pensar a filosofia tentando repensá-la*; além disso, o contato com a história da arte e o presente dos artistas é uma fonte de questões, enriquecimentos e deslocamentos, de valor inestimável.

O quarto exemplo de instituição em que o filósofo poderia, ou até mesmo deveria, se arriscar é *a empresa*. Não é por acaso que essa palavra em francês possui vários sentidos: isso que se propõe empreender – como falei anteriormente da “empresa de Jean-François Lyotard” – e a organização de produção de bens ou serviços de caráter comercial. Seria interessante e em todo caso muito inovador tentar filosofar a partir da empresa, não para ser o filósofo de serviço, como pode haver ali o sociólogo ou psicanalista de serviço, mas para confrontar o seu discurso e as suas práticas a uma

⁴ “*Entreprise*”. Em português seria mais adequado “empreendimento”, mas se manteve “empresa” para preservar a coerência do texto.

⁵ *Imateriais* foi uma exposição de arte, com curadoria de François Lyotard, pioneira por sua abertura para as novas tecnologias. Ocorreu em 1985, no Centro Georges Pompidou em Paris.

realidade incontornável de dimensões consideráveis. Seria preciso *primeiro* estar aberto a práticas sociais, econômicas e financeiras decisivas, mas muito pouco conhecidas, *em seguida* reconciliar o comércio de ideias e aquele de bens, o investimento do intelectual e aquele das finanças, a produção de ideias e aquela de objetos, a especulação da teoria com aquela do dinheiro, em suma, *a circulação e a comunicação das coisas, do dinheiro, da linguagem e do sentido*, e *enfim* repensar essas realidades graças à história filosófica da filosofia. Poderíamos inventar um Mecenato de Empresa para a pesquisa filosófica, como existe atualmente para a arte, e visar a um Renascimento da filosofia; é preciso observar que apenas o Estado, no momento, fez essa aposta na reflexão filosófica, como provam o CNRS⁶ ou o *Colégio Internacional de Filosofia*.

Assim, por meio desses quatro exemplos de instituições, compreendemos melhor em que o local de trabalho condiciona, consciente e inconscientemente, as modalidades do filosofar: o tipo de instituição pelo qual se opta gera uma rede e restrições de ordem não somente material, mas também relacional – para quem se filosofa? com quem? graças a quem? –, social – reconhecimento do seu *status* e de seu discurso, carreira –, econômico – distância em relação às decisões e atividades da empresa, da arte, das mídias e do ensino – e financeiro – papel do dinheiro para os seus leitores ou auditores, para os seus colaboradores e para si mesmo; essa rede e essas restrições influenciam as orientações metodológicas – por isso essa reflexão no início deste seminário – e teóricas. Filosofar em uma dessas redes é fascinante, se há consciência desse condicionamento: pode-se com efeito agir sobre ele e em função dele, colocar em jogo uma dialética entre as três partes concernidas – o filósofo, a instituição e o leitor ou auditor –, e provocar para esses três parceiros uma confrontação e uma abertura, enfim, um enriquecimento. No entanto, é real o perigo de se tornar ou um repetidor – nos dois sentidos pejorativos do termo; o sentido pedagógico: o professor-repetidor que repete e divaga mais que explica; e o técnico: o aparelho que repete e reproduz as indicações ou sinais de outro aparelho – ou um sofista, no sentido negativo do termo. Mas esses dois perigos não são novos... Sobretudo, *é absolutamente preciso exercer uma atividade filosófica extra, fora de qualquer instituição, e sem a vontade de utilizá-la em uma instituição* – essa vontade existe sempre que se faz uma pesquisa para uma tese, um livro ou um artigo; se não, *o pensamento, querendo ser a qualquer custo operativo,*

⁶ O CNRS (*Centre national de la recherche scientifique*, Centro nacional da pesquisa científica) é uma instituição pública francesa de pesquisa.

eficiente e eficaz, se nega a si mesmo: é preciso pensar para si mesmo e para o próprio pensamento. Eis por que escolhi fazer este seminário *aqui e de uma certa maneira*, valendo-me de condições materiais específicas para me orientar de modo particular, teoricamente e metodologicamente.

I.2. ESCOLHA DO SEMINÁRIO DE FILOSOFIA

I.2.1. Solidão e alteridade

A solidão é necessária para o exercício do pensamento; *pensar é sempre pensar só e não pensar como.* Descartes, Nietzsche e muitos outros nos mostraram isso. Mas essa solidão é habitada por uma tríplice confrontação: com os grandes *textos* filosóficos – e qualquer outro texto –, com os grandes *problemas* filosóficos, com as grandes *realidades* do mundo e dos homens. Sem essa tríplice confrontação, não se trata mais de pensamento, mas de solilóquio, pior, de esquizofrenia de alto nível. Essa confrontação abre a solidão do pensamento para a exterioridade; uma tensão fecunda se instaura entre a solidão e a alteridade. Isso os diálogos socráticos nos ensinaram: *dialogar* é, junto com outros, dar à luz o *logos* – simultaneamente fala, lógica e razão; o racionalismo é sempre um inter-racionalismo aberto – Bachelard já o tinha percebido corretamente. É preciso portanto reaprender a escutar e a compreender; com-preender, re-ligar, dois verbos que nos indicam que a *inte-ligência* filosófica consiste em estabelecer ligações, pontes, relações entre coisas, entre representações, entre conceitos. Para isso é preciso saber estar-com: com o texto, com o problema, com a realidade, em suma, *com a alteridade*. É preciso que a *razão* esteja desperta.

O problema “como filosofar?” se transforma, então, para mim, em: “por que fazer um seminário de filosofia?”. Reunir pessoas, cada semana, despender assim tempo e energia, para que serve isso, na época de Gutenberg e do livro (há já tanto tempo... século XV), de Niepce e da fotografia, fotocópia, fotogravura (século XIX), de Mac Luhan e das mídias como o rádio, a televisão (século XX), de Sony e das novas tecnologias (século XXI)? Isso pode parecer absurdo, tanto para quem fala, quanto para quem escuta. É preciso *partir dessa constatação para pensar novas modalidades da atividade filosófica no seio de um seminário*, portanto novas orientações metodológicas e teóricas, ligadas a novos objetivos. Por outro lado, não é mais possível se contentar com publicações de livros ou artigos, nem com tomar a palavra em um colóquio – em

que o teatro é mais importante que o pensamento – ou no ensino programado, nem com pesquisas solitárias ou até isoladas. Será isso por espírito gregário? Talvez, “em certo aspecto”, como se diz hoje em dia; mas, em todo caso, o trabalho em um seminário pode ser inestimável, se ele é aberto, se a fala não está encerrada em si mesma, mas é ouvida e compreendida, retomada, criticada, trabalhada, viva, se há ao mesmo tempo responsabilidade no dizer e respostas às objeções, seguindo o notável exemplo de Descartes, se a correspondência substitui o dogmatismo e a repetição. Para mim, hoje, dirigir um seminário de filosofia é reunir pessoas diferentes para filosofar; fazê-las *trabalhar juntas*, em seguida *criar uma ocasião e um acontecimento* intelectuais, enfim *fazer nascer uma história*, a história de uma atividade filosófica particular. Se alcanço esse triplo objetivo, este seminário terá mais importância filosófica, a meu ver, que a simples produção de teses, reflexões e informações relativas à problemática de meu seminário, pois, digo novamente, *não se tem uma filosofia, faz-se filosofia*.

I.2.2. Filosofar com

Primeiro, eu desejaria *conduzir e coordenar um trabalho de pesquisa realizado com outras pessoas*; três realidades filosóficas são para mim fundamentais, originariamente e essencialmente: Sócrates, os diálogos de Platão, as Escolas Filosóficas da Antiguidade; eu desejo poder reencontrar aqui essa tripla exigência de diálogo aberto e profundo, de interrogação racional e crítica, de aprendizagem do trabalho de pensar. Eu queria com efeito desenvolver o sentido filosófico do *diálogo filosófico* e o *trabalho em equipe*, que tanto fazem falta à Filosofia, particularmente na França. Em suma, se o trabalho solitário do pesquisador é necessário, ele não é em nada suficiente: a *dialética docente-discente* deve reencontrar lugares de existência real não apenas formal: *disso depende a própria vida da Filosofia*. Portanto, minha motivação é ao mesmo tempo pessoal – eu filosofante – e aberta para os outros – outros filosofando comigo. Assumir a direção de um seminário filosófico se acompanha para mim da exigência de *filosofar com*: outra maneira de ser *professor de Filosofia*, o que, por muito que custe, é uma tarefa altamente filosófica.

Em seguida, eu gostaria de *constituir um lugar em que possam se encontrar e se interrogar filosoficamente mulheres e homens que não são destinados a se encontrar*, e isso por três razões: primeiramente, para desenvolver a *interdisciplinaridade* que frequentemente funciona mal; em segundo lugar, graças à fotografia, para colocar em

presença *praticantes e teóricos vindos de mundos diferentes*: da fotografia artística, do jornalismo, da moda, da publicidade, etc., e também da psiquiatria, da psicanálise, das novas tecnologias, etc.; finalmente, para *estar plenamente aberto a todas as artes e a todos os artistas* que possuem com a fotografia uma relação bem precisa (cf. cinema, vídeo, pintura, etc.) ou mais distante (cf. teatro, literatura, dança, etc.). Não se pode refletir sobre um setor dado, a não ser abrindo-se a outros setores – no espaço e no tempo (daí o papel capital da história e de uma reflexão sobre a história) –: colocar em jogo a *dialética local-global* será nossa perspectiva.

Depois, graças a esse trabalho de responsável de seminário, espero *criar e dispor de meios para realizar um trabalho teórico de pesquisa*: as condições de possibilidade de uma tal pesquisa são com efeito a *qualidade* e a *diversidade* dos interlocutores, logo o *tempo* e o *espaço* para trabalhar com eles, assim o *dinheiro* para os fazer colaborar na melhores condições, e sobretudo a *liberdade*: a liberdade de pensamento e de trabalho é uma condição indispensável a qualquer pesquisa; ora, essa liberdade não pode ser puramente formal.

Enfim, sobre um objeto relativamente virgem como a Fotografia, desejo ter uma *nova abordagem – a filosofia – com novos métodos*: explicarei na sequência (cf. 3) por que considero necessário refletir filosoficamente sobre a fotografia; mas posso dizer desde já as modalidades particulares deste seminário.

I.3. MODALIDADES DESTES SEMINÁRIOS DE FILOSOFIA

Cada sessão (de duas horas e meia) será composta assim:

1. *síntese* das sessões precedentes (quinze minutos);
2. *conferência* (uma hora) seguida de *interrogações críticas* (quarenta minutos);
3. uma ou mais *comunicações breves* não excedendo quinze minutos, abordando segundo um outro olhar o problema exposto na conferência, podendo abrir-se para um debate (meia-hora);
4. *análise* da sessão seguinte: indicações bibliográficas e iconográficas.

O seminário estará aberto *prioritariamente* aos auditores que se engajarem em seguir *todas* as sessões: minha intenção sendo, com efeito, a de dar lugar a uma *interrogação crítica construtiva*, que se enriqueça *progressivamente* dos materiais, conceitos, teses e pontos de vista elaborados ao longo das sessões sucessivas; “uma

mesma cidade vista de lados diferentes parece completamente outra, e é como multiplicada perspectivamente”; essa proposição de Leibniz na *Monadologia* (§57) só pode reforçar a orientação de meu *método dialético* quando trabalho justamente com a Fotografia, a tecnologia e o inconsciente.

II FILOSOFAR

Que condições – perguntei anteriormente – o filósofo visará obter, escolher ou criar para filosofar? O interesse e a originalidade do *Colégio Internacional de Filosofia* é ser o resultado de uma escolha recente, ou melhor, de uma criação com menos de quatro anos de idade. Alguns filósofos se juntaram para pensar, realizar e fazer funcionar uma nova instituição filosófica, aberta para a história e a atualidade dos homens, das suas práticas e dos seus pensamentos. É ao mesmo tempo o signo e a condição de uma vida filosófica ativa, ou melhor, interativa. Escolher fazer um seminário nesse local é escolher trabalhar, primeiro, num horizonte de direções (**Filosofia**, cf. 2b), em seguida, com outros pesquisadores (**Colégio**, cf. 2a: por exemplo, com Jean-François Lyotard, Jean Delord, Jean-Louis Déotte e Bernard Stiegler, com quem organizei o colóquio “Arte e comunicação” na Sorbonne, em outubro de 1985), finalmente, à escuta do que se faz fora da França (**Internacional**); três características do *Colégio*, mas também três razões para se trabalhar aí.

II.1. EIXOS DE PESQUISAS COMUNS

O exercício do pensamento é hoje uma urgência. Hoje, mais que ontem? A resposta é não e sim: não, porque ontem também se colocavam problemas “urgentes” e problemas “eternos”; sim, porque por um lado novos problemas se colocam – com, por exemplo, a fotografia, as novas tecnologias, a psicanálise – e por outro porque é hoje que eu vivo com outros homens; portanto é hoje que eu devo pensar: não posso contar nem com o amanhã, nem com o ontem.

Ora, esse pensamento não deve ser escravo de um cientificismo ou de uma crença pré-fabricada: é preciso eu estar desperto, estar aberto aos outros e ao mundo (disso procedem as minhas exigências metodológicas de abertura), em suma, recusar o dogmatismo e interrogar. É preciso tomar o risco de um pensamento em ato, que se

busca e que se mira. Pensamento não fascinado por, mas aberto para os outros homens, as outras ciências, as outras artes, os outros mundos, as outras histórias. Pensar é confrontar-se com a alteridade.

Rigor, competência e abertura, crítica, risco e liberdade, tais devem ser as qualidades – a característica e o valor – de um pensamento filosófico que não ignora nem o conceito, nem o concreto.

Assim, reencontramos as perspectivas do *Colégio* nos seis eixos seguintes:

II.1.1. História

É preciso pensar a fotografia em relação com a sua história, com a História; enfim, colocar a questão da sua historicidade. É a melhor condição para compreender sua essência e seu devir. Mais que isso, a fotografia é ao mesmo tempo um novo objeto histórico e uma nova ferramenta para fazer história.

II.1.2. Razão e singularidade

A fotografia intensifica o problema do par imagem-conceito: ela permite melhor compreender suas implicações para as outras artes, as novas tecnologias, as comunicações. Some-se a isso que a fotografia aponta para a questão da singularidade, aquela do referente e ao mesmo tempo aquela da foto – foto de arte, foto cotidiana... Fotografar é sempre instaurar um acontecimento em um lugar, graças à “escrita da luz”, enfim, enunciar um nome, senão um primeiro nome.

II.1.3. Alteridade: ética e política

A fotografia, seja a do homem ordinário, seja a do artista, a do jornalista ou a da publicidade, tem sempre a ver com o problema do outro: ela oscila entre a reificação e o respeito, a alienação e a descoberta, a pornografia e o amor. No ato fotográfico como na recepção de uma foto, colocam-se as questões da ética e do político: será preciso distingui-las, e mostrar as suas relações.

II.1.4. Instituições e saberes, desafios e pressupostos

Uma foto não cai do céu: é preciso revelar o que nos leva até ela e o que a traz até nós, é preciso desvendar as instituições que nos dão dela um saber e um ver. Para isso, é preciso aprender a colocar sempre duas questões a uma foto: quais são seus

pressupostos? Quais são seus desafios? Com efeito, o que se esconde sob ela, e o que é que ela esconde?

II.1.5. Ler e ver, traduzir e interpretar

A fotografia nos interroga sobre a língua e a linguagem: como olhar para ela, como a ler? São problemas ligados ao mesmo tempo à linguística, à hermenêutica e à filosofia – cf. minha conferência no colóquio de Aix-en-Provence de novembro de 1985: “Pode-se definir filosoficamente a fotografia?”; a filosofia nos questiona sobre o sentido e a significação, sobre a tradução e a interpretação, sobre a arte e a comunicação.

II.1.6. Apresentar e representar

É claro que, talvez mais que qualquer outra arte ou tecnologia, a fotografia coloca o problema do apresentar e do representar, renovando-o: ver o meu “Manifesto do registro”. Mímesis-catharsis, índice-index, estética-prática, presença-ausência, vida-morte, aí estão alguns pares entre outros que nós devemos trabalhar para compreender a fotografia assim que as artes, as tecnologias e as comunicações.

II.2. TRÊS QUALIDADES DA FILOSOFIA

Meu empreendimento é filosófico: devo então deixar claro o que entendo por “filosofia”, mas, ao invés de descrever sua essência, prefiro expor três qualidades suas, que aos meus olhos são essenciais – a palavra “qualidade” tomada em duplo sentido: como isso que qualifica ou caracteriza uma coisa e como isso que torna uma coisa boa; com efeito, filosofar é uma boa coisa. A filosofia é ao mesmo tempo existencial, crítica e conceptual.

II.2.1. Existencial

A filosofia é existencial segundo três pontos de vista:

a) Ela diz respeito, de perto ou de longe, aos *problemas da existência concreta*, a saber, aos problemas da existência vivida, singular, cotidiana e imediata dos homens; por essa razão, todos os problemas humanos são problemas existenciais; eles constituem aqueles problemas da certeza sensível, ou melhor, aqueles da incerteza sensível; esses “problemas” – tomados no sentido não filosófico do termo – podem

tornar-se problemas filosóficos graças ao trabalho filosófico, portanto, ao trabalho de mediação, a saber, ao trabalho da crítica e do conceito: a filosofia assim diz respeito mais indiretamente que diretamente aos problemas da existência concreta. *Existência vivida?* A filosofia parte da ou se volta para a vida do homem, para a condição humana, para a realidade material, espiritual, inconsciente que constitui um homem, e simultaneamente para os valores interrogáveis – o verdadeiro, o belo, o justo, o bem – e para os pares de noções – felicidade/infelicidade, gozo/sofrimento, otimismo/pessimismo... *Existência singular?* A filosofia aborda a questão da individualidade, da particularidade, da unicidade, do diferente, da alteridade, mas também a questão do isolamento, da solidão, da comunicação, da estranheza... *Existência cotidiana?* Toda realidade da vida cotidiana pode depender de um problema filosófico: ela é da ordem da experiência, da novidade ou da repetição, da imediatez às vezes dificilmente contornável – problema do sofrimento, da compaixão e da morte... Mas, se o ponto de partida ou de chegada pode ser vivido, singular, cotidiano e imediato, a filosofia não permanece nunca nesse nível: é apenas por mediações sucessivas e progressivas que ela se relaciona com esse imediato.

b) Ela diz respeito ao *problema da existência enquanto tal*: o que é existir? Melhor, o que é existir para mim, para outrem, para uma coisa, para o mundo, para Deus? Somos remetidos aos objetos da metafísica – o eu, o mundo e Deus –, sem pré-julgar as relações que estabeleceremos com os objetos; temos diante de nós os problemas do ser e do nada, da singularidade e da comunhão, do presente e da presença, mas também, em contraponto, do sistema, da prova, da teoria, da verdade.

c) Ela diz respeito aos *problemas ligados àqueles da existência*: problema do tempo e do espaço, da liberdade e do determinismo, da vida e da morte, do absurdo e do trágico...

II.2.2. Crítica

Mas a filosofia também deve ser crítica:

a) *Crítica*: nem uma crítica infantil (o espírito de contradição sistemático), nem uma crítica estéril (não eficiente e que não dá em nada); o filósofo não é um eterno torturado; ele avança, ele progride; sua crítica, graças à sua atividade, não se aplica sobre os mesmos objetos ao longo do movimento de pensar, da história de pensar; o filósofo não anda em círculos, ele é habitado por uma tensão dialética em movimento.

Portanto, a sua crítica não é de um pessimismo absoluto, que nesse caso deveria impedi-lo de continuar a sua própria pesquisa; trata-se de uma crítica metódica como nos ensinou Descartes; trata-se de uma dúvida radical, até mesmo hiperbólica e sistemática, uma desconstrução, uma desmistificação ao modo de Nietzsche. A história da filosofia se fez graças a esses trabalhos críticos: citemos alguns nomes exemplares: Sócrates, Kant, Hegel, Bachelard... É preciso ir *ver o que se passa por trás das cortinas do teatro da fala, do teatro da representações, do teatro do mundo*. Ora, essa crítica é duplamente positiva: ela nos livra de nossos preconceitos, de nossas ingenuidades, de nossas ilusões, de nossos dogmatismos, e ela torna possível a enunciação de proposições mais rigorosas, mais bem fundadas, mais claras, em suma, mais verdadeiras.

b) *Crítica dos pseudossaberes*: crítica das ideias adquiridas, das opiniões, das mitologias científicas, ideológicas ou tecnológicas. É preciso quebrar seus próprios ídolos antes de quebrar aqueles dos outros. A filosofia está consequentemente engajada em toda luta teórico-prática contra os usos e os discursos ideológicos. Em suma, ao criticar os dogmatismos, critica-se o totalitarismo que neles aguarda por despertar – o totalitarismo não sendo mais que pôr em prática sem travas um conjunto de ideias dogmáticas e portanto fanáticas.

c) *Crítica dos poderes reais*: Sócrates indicou-nos um caminho bem difícil a seguir; alguns disseram que Sartre teria sido uma caricatura do pai da filosofia – esse juízo é ele próprio caricatural; contudo, Maurice Clavel não se enganou ao afirmar, a propósito de Sócrates, que “Nós todos o matamos”. A filosofia deve então ser também uma crítica dos poderes, disso que Mounier chamava de “a desordem estabelecida”. Isso explica a posição frequentemente difícil e conflituosa da filosofia frente às instituições e à política: é preciso saber gerenciar esses conflitos sem cair em uma outra repetição, logo em uma outra morte. Tensão dialética, tal é a característica dessa filosofia crítica que não pode se contentar nem do realismo, nem da utopia, nem do presente, nem do futuro, nem do real, nem do imaginário.

II.2.3. Conceitual

a) *Do vivido aos conceitos*: filosofar é, primeiramente, graças à crítica, se descolar do vivido; ao afirmar isso, eu não entro em contradição com a minha primeira proposição, “a filosofia é existencial”, pelo contrário, eu a torno dialeticamente mais precisa. Filosofar é sair da imediatez, do subjetivo, da paixão, em suma, da ingenuidade

peçoal, demasiado peçoal! Mas, se esse concreto é colocado a distância, é para que o filósofo se dirija ao conceito, ou melhor, é para que produza os conceitos. O conceito é a unidade de significação de um discurso filosófico; ele permite conceber o vivido e toda a realidade; diferentemente da Ideia platônica que preexiste ao ato de filosofar e reina no mundo das Ideias, o conceito é produzido pelo próprio ato do filósofo, é uma ferramenta que permite compreender, aprender e apreender o mundo; é portanto uma representação mental, geral, abstrata e operatória de um setor da realidade, sendo esse setor, na sua recepção, estruturado pelo conceito, portanto pelo filósofo e sua linguagem; essa representação é com efeito o fruto de uma ação de conceber – a concepção mental – e de uma ação produtora de conceitos – a conceituação teórica. O que faz o valor, a eficiência e a objetividade do conceito é a sua abstração e a sua generalidade; assim, o conceito, elemento de mediação, pode, ao descolar o filósofo do concreto, permitir a inteligência da imediatez, do particular, do singular, portanto do próprio concreto. Assim como o conceito não é dado de início, mas é fruto de um trabalho teórico, o conceito deve também sempre ser retomado, quer dizer, enriquecido e provocado dialeticamente no sentido de Bachelard: há uma história de todo trabalho filosófico; filosofar é recusar o definitivo. O conceito visa a uma essência, mas essa essência é sempre interrogada pela história das coisas, das palavras e dos conceitos, enfim, pela história dos homens: o conceito abarca assim dialeticamente a tensão entre a história e a essência, entre o tempo e a eternidade; essa dialética jamais se esgota. A filosofia é mais da ordem do indefinido que do infinito. O indefinido não devendo ser tomado, é claro, como não-definido...

b) *Dos conceitos às teses*: articular os conceitos entre si torna possível a produção de teses. Um sistema filosófico aparece então como o conjunto de teses que um filósofo opera para compreender o real. Ora, nós vemos o perigo de um sistema que pretenda tudo dizer sobre o real todo, enfim, que se coloque como absoluto; nós terminaríamos irremediavelmente no dogmatismo que não tem lugar na filosofia; o filósofo não deve cair nessa armadilha; a crítica, verdadeira salvaguarda da filosofia, tem a função de impedir a ilusão, a crença e o projeto de um Discurso Total. Se a filosofia não deve crer que ela vá produzir, ou tenha produzido, um sistema absoluto, total e definitivo, a exigência de sistematicidade – entendamos por sistematicidade a coordenação rigorosa e fundada de teses – deve porém permanecer primeira para o filósofo.

c) *Conceito e racionalidade*: minha posição filosófica é portanto conceitual e não ideal – no sentido da ideia platônica; a filosofia não deve ceder nem à pretensão de um sistema absoluto, que a remeteria a um delírio paranoico, nem ao eterno mesmo lugar de uma crítica impotente, que a remeteria a uma neurose obsessiva. Para isso, o uso da razão é útil e absolutamente necessário: ele exclui a utilização de toda sobre-razão ou luz sobrenatural – e de toda des-razão ou delírio irracional. A razão torna possível primeiro a passagem do subjetivo ao objetivo pela mediação do intersubjetivo, depois a suspensão do ceticismo e do relativismo – que por um lado são em geral as marcas de fraqueza de um pensamento que coloca mal o problema da verdade, pois ele é prisioneiro de uma lógica binária e bloqueada (verdadeiro/falso), e por outro hoje em dia revelam e remetem a uma ideologia de implicações materiais precisas –, enfim a produção de teses que dão uma melhor representação do real. Afirmar que a filosofia é racionalista não quer dizer que ela condena ou se crê superior a empreendimentos que não privilegiam a razão – como a arte por exemplo; pelo contrário, a filosofia reconhece o valor absoluto da arte: não há nem superioridade, nem concorrência, mas deve haver complementaridade e tensão; é por isso que faço esse seminário *filosófico* sobre a *arte* fotográfica. Porém, a filosofia condena e luta contra todo empreendimento que nega o valor da razão, que privilegia a opinião, a ideologia e a crença em detrimento radical do exercício da razão: a filosofia é contra o irracionalismo.

A filosofia deve reter juntas essas três qualidades para ser filosófica. Um empreendimento que fosse existencial e crítico, sem ser conceitual, poderia ser dito *artístico*; aquele que fosse crítico e conceitual, sem ser existencial, *científico*; aquele que fosse existencial e nocional, ao invés de conceitual, *ideológico*. Certamente aqui nós simplificamos por falta de espaço; retenhamos apenas uma coisa: quanto mais a filosofia reconhece o valor supremo da arte e da ciência, tão mais ela condena a ideologia. Nós compreendemos por que, em oposição a um enunciado ideológico, mas paralelamente a um teorema matemático, uma tese filosófica só ganha seu sentido e seu valor em função do procedimento – que deve ser, ele mesmo, sensato e válido – que a produz.

A respeito da originalidade, da complexidade e da riqueza de toda realidade, e da dimensão crítica da filosofia, a atividade filosófica não consiste em aplicar sobre essa realidade conceitos, teses e métodos que possuem eficiência em outro campo, nem em recitar textos filosóficos já escritos. Estamos aqui diante de um problema fundamental

e difícil que se junta à principal interrogação da reflexão desta “Introdução geral”: saber pode nos colocar antolhos, não saber é sem interesse. Que fazer? *É preciso aprender a desaprender*. Por exemplo, aquele que quer filosofar sobre a fotografia não pode nem exportar uma grade de leitura pertinente para o cinema ou para a literatura, nem repetir análises de Hegel ou Heidegger: *é preciso se confrontar à coisa mesma*, a saber, a fotografia, os fotógrafos, o que eles fazem e dizem; é preciso afrontar os problemas que nascem da própria prática da fotografia, entendê-las – escutar e compreender; é preciso desaprender, para *depois reutilizar de outro modo o que se tinha aprendido*, a saber, tal grade de leitura, tal análise filosófica.

Aí está – brevemente sugerida – a ótica com a qual desejo filosofar.

III A FOTOGRAFIA: TECNOLOGIA E INCONSCIENTE

III.1. VOCABULÁRIO

Se coloquei uma maiúscula em “Fotografia”, no título de meu seminário, é de maneira polêmica, para valorizar a fotografia. Contrariamente ao que afirmam *ainda* certos espíritos aparentemente bem-instruídos e cultivados, *a fotografia como arte é uma realidade evidente e viva*: pensar o contrário disso é ignorar o que é a fotografia, sua história e sua arte. Pouco numerosos são os que ainda se colocam a questão: a fotografia é uma arte?, mas infelizmente eles ainda existem! A única resposta a lhes dar é mandá-los ver fotos que remetam à arte, e depois deslocar a questão e se colocar o problema: que tipo de arte a fotografia convoca? De fato, com a fotografia, nós nos encontramos – tanto quanto mas não mais que com uma outra arte – confrontados à problemática: o que é a arte? Mas eu me recuso a levar a sério a questão ingênua daquele que, desconhecendo completamente a fotografia, ousa assumir os modos de um espírito requintado dizendo: isso não é arte; esse comportamento é comparável aquele de um homem que só tivesse lido *France-Soir*⁷ e se perguntasse se a literatura é uma arte. Porém, podemos nos perguntar por que essa questão imbecil – ao mesmo tempo fraca (“*imbecillus*”) e atrasada (de retaguarda), enfim idiota e débil – ainda é colocada hoje em dia.

⁷ *France-Soir* é um jornal francês de cunho sensacionalista.

Outra nota de vocabulário: por precaução, em vista de clareza, chamarei:

- *foto*, a imagem obtida pelo procedimento fotográfico,
- *fotografia*, o procedimento técnico que permite obter essa imagem de um objeto.

III.2. PROBLEMÁTICA

Bachelard nos ensinou que uma reflexão séria devia ser primeiro conduzida regionalmente e localmente: assim, para melhor compreender as artes, as técnicas, as tecnologias, as representações do mundo, etc., nós decidimos nos limitar a um setor de pesquisa preciso: a Fotografia, pois nos parecia ser decisivo interrogar essa região *privilegiada* de um país muito mais vasto; com efeito, uma reflexão por exemplo sobre as novas imagens ou sobre as novas tecnologias deve passar, antes de tudo, por um trabalho sobre a fotografia, não apenas por razões bachelardianas, mas também porque, historicamente, o estatuto da imagem e da tecnologia foi abalado pelo aparecimento da Fotografia. Em suma, nosso estudo da Fotografia tem um triplo objetivo:

- analisar o que é a *Fotografia*,
- pensar *regionalmente para alcançar um interracionalismo* (no sentido bachelardiano do termo),
- compreender o que *historicamente e arqueologicamente* condiciona as novas tecnologias, as novas artes e as novas representações do mundo.

A Fotografia é uma tecnologia que nasceu a pouco mais de um século e meio, que deu lugar a muito poucas reflexões amplas, rigorosas e documentadas. É portanto necessário interrogá-la em suas relações com a arte, a técnica, a comunicação, o econômico, a filosofia, o corpo, o inconsciente, etc. A lista não está fechada.

Em face a este oceano de questões, nos parece *urgente* refletir acerca do *problema levantado pela articulação problemática entre Tecnologia e Inconsciente no seio da realidade fotográfica*. Os desafios são não apenas a *Fotografia* – nas suas dimensões estéticas, econômicas, políticas, mercantis, ideológicas, comunicativas –, mas também todas as *novas tecnologias* e todas as *práticas e teorias* que reconhecem o *inconsciente* como hipótese central de sua pesquisa. Se nós privilegiamos a articulação entre Tecnologia e Inconsciente, é porque nos parece capital saber por um lado *em que uma nova técnica como a Fotografia esclarece, modifica e enriquece nossa interrogação*

sobre o inconsciente e em que a hipótese do inconsciente permite melhor compreender uma técnica nova como a Fotografia, e por outro lado que papéis específicos tem o inconsciente no ato fotográfico e na recepção de uma foto.

A origem de nossa reflexão se atém ao fato de que, enquanto crítica fotográfica, notadamente nos *Cahiers de la Photographie*⁸ (e poderemos ler todos os números dessa publicação) e sobretudo enquanto filósofo, nós nos interessamos por um lado pelos problemas da representação, da intersubjetividade, do solipsismo e da esquizofrenia, e por outro por aqueles da imagem, do imaginário e do inconsciente. Também fomos arrebatados pelo trabalho realizado pelo fotógrafo Marc Pataut em 1981-1982 em um Hospital de Dia para Crianças na periferia de Paris: ele ajudou vinte crianças psicóticas a fazer fotografia. Essa experiência, que nós descrevemos e analisamos em nosso livro a ser publicado em 1986, nos serviu de matéria-prima a partir da qual nós ensaiamos pensar a articulação fotografia/tecnologia/inconsciente.

Nós estudaremos portanto as relações entre a fotografia, enquanto nova tecnologia, e o inconsciente. Os desafios são decisivos não só para uma *terapêutica* e para uma *clínica*, para a *teoria* e a *metapsicologia*, como também para a *Fotografia*, que deve perder a ingenuidade e a imediatez que ela muito frequentemente entretém consigo mesma, e para toda *interrogação acerca das representações do mundo*. Assim deveremos refletir ao mesmo tempo sobre a Fotografia enquanto ela está ligada a um ato e uma ação fotográficos, sobre as condições de produção, de distribuição, de troca, de circulação, de consumo, portanto sobre os deslocamentos práticos e teóricos nossas matérias-primas indicaram, tornaram possíveis e necessárias, enfim, sobre a *economia fotográfica* e sobre a Fotografia enquanto arte, quer dizer, sobre a sua estética e história, sobre suas pesquisas, suas possibilidades e seus futuros, enfim, sobre as *novas fotos e as fotos novamente revistas*.

Ainda nos resta tudo a pensar, tudo a descobrir, pois a Fotografia está somente no seu início, na sua pré-história.

⁸ *Les Cahiers de la photographie* foi uma revista francesa dedicada à crítica da fotografia, publicada entre os anos 1981 e 1990.